



ENSINANDO O ESPORTE A PARTIR DO PONTO DE VISTA FEMINISTA: TENSÕES DA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA PARA A PEDAGOGIA DO ESPORTE

**TEACHING SPORT FROM A FEMINIST POINT OF VIEW:
TENSIONS FROM FEMINIST EPISTEMOLOGY FOR SPORT PEDAGOGY**

**ENSEÑAR EL DEPORTE DESDE UN PUNTO DE VISTA FEMINISTA:
TENSIONES DE LA EPISTEMOLOGÍA FEMINISTA PARA LA
PEDAGOGÍA DEL DEPORTE**

Bruna Saurin Silva


<https://orcid.org/0000-0001-6556-0111> 


<http://lattes.cnpq.br/7969399168733565> 

Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, ES – Brasil)

bruna.saurin@gmail.com

Mariana Zuaneti Martins

<https://orcid.org/0000-0003-0926-7302> 

<http://lattes.cnpq.br/7281518704205888> 

Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, ES – Brasil)

marianazuaneti@gmail.com

Resumo

Ao longo do século XX as mulheres foram impedidas ou desincentivadas à prática de esportes, entretanto, nas últimas décadas, essa participação vem crescendo. Esse crescimento deve-se a esforços institucionais recentes, os quais, todavia, não são acompanhados pelos esforços acadêmicos e científicos. Propomos então, pensar a problemática da participação esportiva das mulheres sob a ótica dos estudos feministas, tendo como objetivo revisitar as epistemologias feministas que corroboram para a reflexão. Como resposta, destacamos a necessidade de: outorgarmos a capacidade das meninas em agenciar soluções relacionadas a sua prática esportiva; distanciarmos dos discursos que as colocam como problema a ser resolvido dentro dos esportes; promover uma difusão do poder, envolvendo, sobretudo, uma participação heterogênea dentro desses espaços; e trabalhar a partir do prazer e da autonomia como mecanismos do jogar.

Palavras-chave: Mulheres; Esporte; Equidade; Epistemologia Feminista.

Abstract

Throughout the 20th century women have been prevented or discouraged from participating in sports, but in recent decades their participation in sports has grown. This growth is due to recent institutional efforts, which, however, have not been accompanied by academic and scientific efforts. We propose, then, to think about the matter of women's sports participation from the viewpoint of feminist studies, aiming to revisit the feminist epistemologies that corroborate for reflection. As a response, we highlight the need to: grant the capacity of girls to agency solutions related to their sports practice; distance ourselves from the discourses that place them as a problem to be solved within sports; promote a diffusion of power, involving, above all, a heterogeneous participation within these spaces; and work from pleasure and autonomy as mechanisms to play.

Keywords: Women; Sport; Equity; Feminist Epistemology.

Resumen

A lo largo del siglo XX se les impidió o desincentivó a las mujeres la práctica del deporte, sin embargo, en las últimas décadas, ésta participación ha ido en aumento. Este crecimiento se debe a los recientes esfuerzos institucionales, los cuales, todavia, no son acompañados de esfuerzos académicos y científicos. Proponemos entonces, pensar la



problemática de la participación deportiva de las mujeres desde el punto de vista de los estudios feministas, teniendo como objetivo revisar las epistemologías feministas que corroboran para la reflexión. Como respuesta, destacamos la necesidad de: otorgar la capacidad de las niñas en agenciar soluciones relacionadas con su práctica deportiva; distanciarnos de los discursos que las sitúan como un problema a resolver dentro del deporte; promover una difusión del poder, implicando, sobre todo, una participación heterogénea dentro de estos espacios; y trabajar a partir del placer y la autonomía como mecanismos para jugar.

Palabras clave: Mujeres; Deporte; Equidad; Epistemología Feminista.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX as mulheres foram impedidas e desincentivadas à prática de esportes. Esses anos de interdição produziram distúrbios que perduram até os dias de hoje diminuindo a oportunidade de participação. Nas últimas duas décadas, no entanto, a participação esportiva feminina vem crescendo. Os Jogos Olímpicos de Tóquio, de 2020, tinham como meta igualar a quantidade de atletas homens e mulheres, ilustrando bem esse cenário de ascensão. Ainda que esse objetivo não tenha sido alcançado, as mulheres tiveram a maior proporção de participação, atingindo 48,7% do total de atletas inscritos (HOUGHTON; PIEPER; SMITH, 2022). Se pensarmos que em sua primeira edição, em 1896, a presença das mulheres sequer foi cogitada, e na segunda, realizada em Paris, em 1900, apenas 22 mulheres participaram (NUNES, 2019), é relevante destacar que somente 124 anos depois, novamente nos Jogos Olímpicos em Paris 2024, essa meta de igualdade de gênero provavelmente será atingida.

Esse crescimento deve-se a esforços institucionais recentes. Na última década do século XX o Comitê Olímpico Internacional (COI) começou a colocar metas para alcançar o objetivo da igualdade de gênero. Em 1996, o COI emitiu a primeira nota incentivando a promoção do esporte feminino em todos os níveis e a entrada de mulheres nos postos de liderança do esporte (NUNES, 2019). Esta iniciativa estava alinhada à declaração de Brighton, de 1994, que previa o direito das mulheres à prática esportiva e a necessidade de as organizações que lidam com o esporte empenharem-se para garanti-lo.

Os esforços promovidos pelos organismos internacionais para fomentar a participação das mulheres, todavia, não são acompanhados, na mesma velocidade, pelos esforços acadêmicos e científicos em compreender as especificidades de tal prática. Por exemplo, das cinco primeiras edições do *International Journal of Sports Physiology and Performance* (IJSP) de 2019, apenas 19% das pesquisas incluíam mulheres na amostra. Mais chocante é que apenas 4% foram realizadas exclusivamente com atletas mulheres (MUJIK; TAIPALE, 2019). Paradoxalmente, portanto, o aumento de participação intensificou a sub-





representação feminina nas ciências do esporte. O mesmo processo de apagamento das mulheres se reflete na autoria dos artigos, uma vez que dentre os textos apresentados nesse levantamento, elas representavam apenas 13% do contingente de autores.

De acordo com Mujika e Taipale (2019) ainda há muitas lacunas e incompreensões no que se refere à prática esportiva de mulheres. Os autores destacam, todavia, que se o esforço em as compreender fosse endereçado, potencialmente se diminuiria a diferença de desempenho entre atletas homens e mulheres, que comumente varia de 8% a 12% – a depender do esporte. Os autores justificam essa assertiva com base no fato de que os testes e a própria prescrição de treinamento para mulheres são generalizados a partir de pesquisas realizadas com homens/cis.

Assim, nas pesquisas voltadas à ciência dos esportes, são nítidas as distorções que permanecem vivas por consequência do apagamento das mulheres em modalidades esportivas. Um exemplo clássico disso é a cristalização do discurso que as coloca como “frágeis” e categoriza seus desempenhos como inferiores. Como consequência, quando mulheres apresentam um resultado considerado extraordinário, seus corpos são colocados sob suspeita, sua sexualidade é colocada em discussão e seus méritos são passíveis de acusações de doping, conforme destacam Silveira e Vaz (2014), ao ilustrar o caso da corredora sul-americana Caster Semenya, que sofreu severas investigações quando foi campeã, aos 17 anos, da prova de 800 metros, em 2009. Após inúmeras idas e vindas, hoje a corredora foi suspensa de participar de provas de até 1500 metros devido a uma condição genética que possui. Com isso, se reafirma o imaginário de que as mulheres devem se manter no esporte sob um dado espectro de inferioridade em relação aos homens. Segregação essa que mantém o esporte enquanto uma prática *genereficada e generificadora*, construtora de masculinidades.

Essas distorções têm impacto também na prática cotidiana dos treinadores/as e professores/as que trabalham com o esporte, pois são poucos/as os/as que, em sua formação ou prática profissional, buscam compreender as especificidades do treinamento das mulheres – integrando questões culturais e históricas em suas abordagens – no intuito de incluir em seus trabalhos formas de reverter esses quadros (SCHOFIELD; THORPE; SIMS, 2022). Além disso, na medida em que professores/as consideram meninas como menos habilidosas ou inaptas, incorrem no risco de pouco integrá-las ou não as desafiar dentro das práticas esportivas. Nas palavras de Priscila Dornelles, para uma parte considerável dos professores/as de educação física, “os meninos representam os estudantes; as meninas são construídas como a diferença,





como o outro, como quem está fora do padrão [...] quem não alcança os níveis de movimento necessários para os jogos, para o esporte” (DORNELLES, 2011, p. 20-21).

O resultado dessa equação é que meninas e mulheres são consideradas inferiores aos homens, são julgadas como desmotivadas e passivas diante das práticas corporais. Contribui para esse discurso o fato de que a participação de meninas em atividade física é inferior à dos meninos (HALLAL et al., 2012) e com isso, cria-se um problema em torno da inaptidão física de meninas e mulheres. Assim, na medida em que elas são consideradas um problema a ser resolvido, especialistas são convocados a dar sugestões e as próprias mulheres continuam silenciadas sobre as razões de sua menor participação (OLIVER; KIRK, 2015).

Por outro lado, esse cenário de interdições tem impulsionado pesquisas feministas e de gênero a observarem as relações de poder que se estabelecem nessa prática corporal, a fim de gerar reconhecimento e visibilidade. Dentro do campo esportivo, espaço onde a instituição sexual ordena e organiza a prática, é possível ver também dissidências e ambiguidades que tencionam as normas e as fronteiras de gênero (CAMARGO, 2016) e tornam importantes as pesquisas e teorias que problematizam a forma com que a apropriação masculina da prática tem sido generalizada e tornada como universal.

Dessa forma, advogamos sobre a importância de se considerar o ponto de vista de meninas e mulheres sobre as práticas esportivas. Não se busca aqui essencializar um ponto de vista feminino sobre tais questões, mas sim considerá-las como agentes da condução das suas práticas, entendendo que o próprio conhecimento e a ciência são atravessados por relações de poder e, portanto, não são neutros (LONGINO, 1994). Nesse sentido, propomos pensar a problemática da participação esportiva das mulheres sob a ótica dos estudos feministas, tendo como objetivo revisitar as epistemologias feministas que corroboram para a reflexão e apresentar pistas para a construção de práticas feministas com a pedagogia do esporte.

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E O ESTUDO DO ESPORTE

As ciências do esporte pautadas nos conhecimentos da “natureza” e da biologia contribuíram para ratificar uma ideia de inferioridade feminina, colocando a mulher como mais fraca em relação ao homem e menos apta para a prática esportiva, ao passo que colaborou também para consolidação de determinadas expressões de feminilidades e/ou de masculinidades dentro desses espaços (SILVEIRA; VAZ, 2014, p. 449-450).





Tal perspectiva é fruto de uma prática científica que, durante muito tempo, foi feita e validada por homens, brancos e cisgêneros, classificando corpos e naturalizando diferenças que são, muitas vezes, mais produto da cultura do que do próprio sexo biológico. Não por acaso, o questionamento desse tipo de ciência tem mobilizado críticas feministas, buscando por um lado, uma “denúncia a exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência”, e por outro, o questionamento dos pressupostos básicos da Ciência Moderna, colocando em xeque a própria ideia de neutralidade da ciência (SARDENBERG, 2007, p. 01). No campo específico da discussão sobre as diferenças entre homens e mulheres, tal perspectiva tem problematizado a ideia da existência binária do sexo e até mesmo os efeitos dos hormônios nomeados como masculinos para a aptidão e performance humana (FAUSTO-STERLING, 2002).

No campo das ciências do esporte, movimento semelhante de crítica aos pressupostos epistemológicos tradicionais se desenvolveu à compreensão dos jogos esportivos coletivos. Essa crítica apontou os limites do tratamento linear que ignora a complexidade da prática esportiva e advogou a favor de uma natureza complexa dos esportes passando a exigir das pesquisas futuras, sustentação a partir da “égide dos pilares da instabilidade, intersubjetividade e complexidade”, algo que a fragmentação do pensamento cartesiano limita (GALATTI et al., 2014).

Na esteira dessa crítica, apontamos ainda a necessidade de ressaltar as desigualdades de gênero presentes dentro do debate científico contemporâneo e na própria teorização sobre o ensino do esporte. Dialogando com os debates advindos dos movimentos favoráveis às “epistemologias feministas”, refletimos sobre formas de avançar rumo a práticas menos excludentes dentro das ciências do esporte e, mais especificamente, no ensino dos esportes. Para Helen Longino (1990, p. 4), olhar a ciência desde esses pontos de vista implica considerar que “as práticas e conteúdos científicos, por um lado, e as necessidades e valores sociais, por outro, estão em interação dinâmica[...]” e que “[...]as estruturas lógicas e cognitivas da investigação científica também exigem tal interação”. Ou seja, os valores culturais, como a desigualdade de gênero, interferem na forma como cognitivamente desenvolve-se a ciência. Poderíamos mencionar, por exemplo, o fato de nomearmos testosterona, um hormônio presente nos corpos de todas as pessoas em distintas disponibilidades ao longo da vida, como “hormônio masculino” (PRECIADO, 2006).

Cabe compreender, por outro lado, de que maneira as práticas epistemológicas feministas estariam dispostas a empreender a crítica aos valores sexistas que orientam a ciência





tradicional. Para Helen Longino (1994), não se trata de uma epistemologia feminista, mas de fazer ciência ciente de que a participação na produção de conhecimento socialmente sancionada, tem sido circunscrita a partir de conceitos epistemológicos definidos usando noções de masculinidade (e vice-versa).

Para tanto, a autora destaca seis elementos críticos balizadores de práticas epistemológicas feministas. O primeiro deles é pautado no questionamento de um “empirismo vulgar”, que não problematiza algumas de suas assunções e falham ao testar as hipóteses de forma séria e complexa. A consequência disso é a formulação de investigações que, apelando para questões puramente biológicas, constroem uma ideia de diferença entre os sexos. Neste caso, a autora busca mostrar como tais investigações falham em padrões mínimos de empirismo, possivelmente através de metodologias estatísticas inadequadas (LONGINO, 1994). No caso do esporte, na esteira do que propôs Barrie Thorne (1993) em vez de focarmos nos resultados estatísticos que reafirmam as desigualdades entre homens e mulheres, poderíamos refletir sobre os pontos de intersecção e nas razões (culturais) que ajudam a compreender por que há mulheres que se envolvem com o esporte e têm excelentes desempenhos, a despeito da tendência contrária.

Um segundo elemento crítico versa sobre a desconstrução de pressupostos científicos conhecidos e na superação dos “tabus fundadores do humanismo ocidental”. Entre esses estão: a separação entre as ciências naturais e humanas, a fragmentação dos objetos de conhecimento em variáveis de extrema simplificação, a objetificação das relações e das pessoas e a generalização não problematizadora.

A autora afirma a busca por modelos que incorporem uma interação dinâmica em detrimento aos modelos causais de fator único como mais um elemento crítico. Neste caso, nenhum fator é considerado dominante ou controlador e descreve processos em que todos os fatores ativos influenciam outros e é justamente a interação que ajuda no processo de compreensão dos fenômenos (LONGINO, 1994, p. 476-477). Ou seja, seria importante integrar a cultura nos modelos que buscam compreender desempenho.

Outro elemento crítico é apresentado como a necessidade de abandonar a *homogeneidade ontológica* em busca de uma *heterogeneidade ontológica*. Isso porque, “as teorias de inferioridade são suportadas em parte por uma intolerância à heterogeneidade” (LONGINO, 1994, p. 476-477). Neste caso, as diferenças são ordenadas e um tipo de padrão é escolhido, julgando todos os que estão fora deste como versões falhas ou incompletas.





O quinto elemento crítico reivindica a importância de pesquisas aplicadas às necessidades humanas atuais, julgando necessário um movimento científico que responda às demandas da vida cotidiana. Esse elemento está diretamente relacionado ao último, que trata da difusão do poder. Para a autora, é necessário reconhecer que existem relações de poder assimétricas dentro dos programas de investigação, que são organizados a partir de preferências, de quem possui mais força, o que implica reconhecer que existem interesses políticos, econômicos e afins. Nesse sentido, pensar numa ciência vinculada à melhoria da vida, também reconhece a importância de tensionar as relações de poder vigentes (LONGINO, 1994).

Os elementos apresentados nos ajudam a pensar as ciências do esporte e a própria educação física a partir de um olhar não hegemônico, que problematize os binarismos, a classificação dos corpos femininos como inferiores e tensione os discursos que tornam as garotas e os corpos não normativos como um problema a ser resolvido. As pesquisas demonstram que há inúmeras barreiras à participação esportiva dessas pessoas, em especial, há uma inter-relação de gênero com o que é classificado como não-hábil, promovendo a exclusão. Pensar em práticas de ensino, balizadas por uma ciência que fuja desses pressupostos, são linhas de trabalho que as práticas epistemológicas feministas impulsionam, tornando possível desdobramentos e articulações entre as epistemologias feministas e a pedagogia do esporte.

EM BUSCA DE PRÁTICAS FEMINISTAS NA PEDAGOGIA DO ESPORTE

Como visto anteriormente, considerar meninas (e outros corpos considerados menos hábeis) como um problema no espaço das práticas esportivas tem como consequência a extração do poder de agência, silenciando suas capacidades de identificar essas barreiras e de propor soluções, negociar ou transformar seu entorno. Desse modo, não é de grande valia um olhar que as julgue como incapazes, menos habilidosas ou com menos entusiasmo. Pelo contrário, cabe compreender esses discursos e encorajá-las a percebê-los e a pensar alternativas (OLIVER et al., 2009).

Em resposta, as perspectivas feministas trazidas para endossar este texto nos ajudam a pensar algumas proposições no campo esportivo e da educação física. Esses caminhos envolvem, sobretudo, uma maior diversificação das atividades, a promoção de espaços seguros, a autonomia e integração de alunas/os nas decisões da agenda educativa,





uma não homogeneização dos corpos e o prazer proveniente da prática esportiva na construção de ambientes favoráveis à participação de meninas/os. Todavia, esses caminhos não universais e genéricos, mas sim organicamente dependentes dos contextos localizados e de problemáticas construídas a partir das subjetividades de cada grupo. Entendemos que indagar sobre as diferenças, desigualdades e hierarquizações, é algo fundamental para a produção de um ambiente democrático e inclusivo nas aulas de esporte. Nessa esteira, nossas proposições se apresentam como um convite à essa temática, a fim de estender tais reflexões ao campo esportivo, ampliando o diálogo no âmbito acadêmico e, sobretudo, pensando em maneiras para propor conjuntamente apontamentos em direção a espaços mais equitativos.

AS PARTICIPANTES COMO CENTRAIS: CO-CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS

Como visto no tópico anterior, ainda é muito comum as meninas serem consideradas como um problema a ser resolvido frente a prática esportiva. Um passo importante para desconstruirmos esse discurso é ir além de identificar possíveis culpados por esse cenário e promover espaços seguros de diálogo que possibilitem o envolvimento delas no processo de entendimento e de transformação, desenvolvendo, conjuntamente, ferramentas que possibilitem o incremento de oportunidades de aprendizagens esportivas. Isso implica compreender que meninas não são o foco do problema, mas, sim, os discursos construídos culturalmente (OLIVER et al., 2009). Para tanto, é necessário trazer à tona essa problemática, conferindo as alunas autonomia para gerir conflitos, integrando-as às decisões da agenda educativa, propondo práticas de co-construção das aulas/treinamentos, as quais contemplem o olhar e os sentidos que as alunas atribuem para a prática.

Propomos também uma postura docente que utilize de sua autoridade outorgada, não mais de forma diretiva, mas para pensar e construir com as alunas possibilidades que se adaptem às suas necessidades, favorecendo uma maior e mais rica participação nestes espaços. Cabe aos professores/as considerar as alunas como agentes ativas no processo de aprendizado e de luta por um espaço equitativo dentro dos esportes. Isso significa promover junto com elas espaços de discussão acerca do tema; assim como pensar e criar alternativas para transformá-las; provando na prática a possibilidade de mudanças desse contexto, ao invés de somente monitorar essas desigualdades, atrelando-as aos discursos de desinteresse e de desmobilização de meninas frente a prática esportiva (OLIVER et al., 2009; OLIVER; HAMZEH, 2010). Este processo pode corroborar também para que professores/as, ao acessarem o





mundo das alunas, sejam capazes de redesenhar suas propostas de atividades, criar novas culturas de aulas, além de construir um currículo de possibilidades.

Para isso, destacamos a importância da sistematização dos conteúdos. Considerar as pessoas envolvidas como plurais e compreender a existência de diferenças no processo de aprendizagem, torna necessário pensar propostas pedagógicas que caminhem num mesmo sentido, de modo que o processo de sistematização envolva uma arte de ajustar, motivar e aprender junto. Assim, mediar esses momentos inclui ter sensibilidades para perceber essas pluralidades, sendo capaz de criar ambientes que acomodam de forma não colonizadora todos os sentidos de jogar.

PRODUZIR PRÁTICAS ESPORTIVAS A PARTIR DAS DIFERENÇAS

Problematizar o discurso sobre uma “feminilidade problemática” segue sendo tema das nossas discussões, uma vez que objetivamos propor formas descolonizadas de ensinar os esportes (OLIVER; KIRK, 2015). Esse discurso além de destinar às meninas a responsabilidade por uma inatividade física e esportiva, comumente relega a todas elas o lugar de passivas, mais lentas, não agressivas e desinteressadas, em oposição às qualidades encontradas nos meninos: agilidade, força, disposição, habilidade etc. Dessa forma, os aspectos culturais, os saberes e as experiências de alunas/os são generalizados a partir de uma compreensão dicotômica e homogeneizadora dos corpos, deixando escapar, invisibilizando e violentando os mais diferentes tipos de experiências esportivas.

Nesse sentido, propomos a problematização desse argumento, questionando e buscando ultrapassar as amarras que encarceram meninos e meninas em lados opostos, dificultam que meninas desejem ser fortes, habilidosas e ágeis e, ao mesmo tempo, obrigam meninos a disporem dessas qualidades. Convidamos então a pensar o ensino dos esportes e da educação física a partir das diferenças, compreendendo as necessidades de cada aluna/o como singular e não mais homogeneizando formas de ser menino e menina. Aqui destacamos a importância de um trabalho que valorize as diferenças (MISKOLCI, 2017). Neste contexto, as alunas/os devem ser estimuladas a refletir sobre suas experiências e encorajadas/os a produzir espaços possíveis para a prática esportiva (DORNELLES; FRAGA, 2009).

Além disso, é importante demonstrar como diferentes corpos podem habitar o campo esportivo. Corpos negros, brancos, fortes, gordos, magros, femininos, masculinos, transgêneros. São diversas possibilidades na arena esportiva e nenhum corpo é incapaz ou





inábil. Inclusive é possível ponderar que, estatura e força não são características naturalmente masculinas e tampouco interferem objetivamente na performance (RIAL, 2012). Bem como, é preciso problematizar a forma com que o comportamento esportivo é atrelado muitas vezes a uma certa sexualidade, ligando-o diretamente ao modo como os sujeitos vivenciam seus prazeres e desejos, o que a princípio deveria estar desvinculado de sexo ou gênero.

Assim, a atividade dialógica que envolve experiências esportivas (muitas vezes invisibilizadas), e a incorporação delas no cotidiano escolar/treinamento, tem o poder de modificar as hierarquias presentes nesses espaços, assim como podem contribuir para o estabelecimento de novas simetrias rumo a um aprendizado relacional tanto para quem ensina quanto para quem aprende (MISKOLCI, 2017). Neste sentido, pensar sobre uma cultura esportiva diversa se torna imprescindível, significa pensar a partir de outras gênesis, as quais acolham não somente aqueles que estão dentro do espectro de masculinidade hegemônica, mas que sejam possíveis e atraentes para todos e quaisquer corpos.

ESPAÇOS SEGUROS PARA PRATICAR ESPORTE, SE COLOCAR E SENTIR

Para instaurar práticas pedagógicas feministas nos esportes é necessário refletirmos sobre os espaços ofertados e a realidade das/os participantes. Segundo dados da ONU Mulheres Brasil (2022), na puberdade 49% das meninas abandonam a prática esportiva e sofrem de baixa autoestima duas vezes mais do que os meninos. Essa realidade as afasta cada vez mais, privando-as de oportunidades que promovam a ocupação de espaços socialmente construídos como sendo de dominação masculina, corroborando com um cenário de desincentivo, falta de oportunidades, discriminação e pressões dos estereótipos de gênero. Já na fase adulta, as mulheres assumem muitas responsabilidades, com triplas jornadas de trabalho e privação ao esporte e lazer (ONU MULHERES BRASIL, 2022).

Dessa forma, intervir nessa realidade, significa construir e ofertar espaços que acolham essas singularidades. Para isso é necessário propor espaços que sejam seguros física e emocionalmente, assim como edificar ambientes para a prática esportiva que permitam às alunas se expressarem, construírem e desconstruírem suas experiências esportivas. Em outras palavras, significa ofertar a elas oportunidades para discutir sobre seus medos e dúvidas sem a preocupação de julgamentos, ameaças ou intimidações (ONU MULHERES BRASIL, 2022).

Todavia, quando falamos sobre utilização dos espaços públicos, a ausência de condições de segurança se torna um grande obstáculo para participação de meninas e





mulheres nos esportes. Essas violências as colocam como vulneráveis, dificultando e impedindo os acessos e as permanências no campo esportivo. A apropriação dos espaços públicos destinados aos esportes torna-se então, para elas, um desafio (KINSMAN et al., 2015). Nesse sentido, os espaços privados acabam se tornando uma alternativa possível para a prática esportiva de meninas e mulheres.

Assim, quando falamos em espaços seguros, esses devem ser pensados para proteger as alunas/os de possíveis danos corporais, incluindo abuso sexual e lesões físicas acidentais ou não, além de ajudá-las a identificar e denunciar casos de violação de direitos. A construção dessa consciência corrobora para que essas meninas ditem os rumos de suas condutas, conhecendo seus direitos, impondo limites e exigindo respeito, colaborando para a ruptura de ciclos de violência de gênero como um todo (ONU MULHERES BRASIL, 2022).

Outro dispositivo que colabora para a consolidação de espaços positivos para a prática esportiva é a intensificação de vínculos e o afeto. Dentro do campo esportivo, é importante estimular uma convivência harmônica e respeitosa e incentivar a noção de que toda e cada integrante é fundamental para o grupo (ONU MULHERES BRASIL, 2022), pois, a construção de vínculos é, muitas vezes, responsável por criar um ambiente de mobilização para a participação, propiciado pelo prazer de jogar com pessoas as quais partilha-se afeto, o que contribui também para a manutenção delas nesses ambientes (SILVA, 2020).

A construção de espaços seguros e inclusivos para meninas e mulheres no esporte tem relação ainda com o corpo de pessoas responsáveis para tal. Nesse caso, é extremamente importante a avaliação e o treinamento dos profissionais que irão atuar nesses espaços. Esses devem ser orientados para atuar frente a esses desafios e capazes de abordarem as questões atravessadas por meninas e mulheres nos espaços esportivos. Em programas com meninas e mulheres, um diferencial é a contratação de professoras ou treinadoras. Nesses espaços, muitas vezes tidos como constrangedores para meninas, uma referência feminina pode significar um ponto de acolhimento. E, considerando um cenário de apagamento da participação feminina, a existência de outras mulheres é de suma importância para que as meninas possam enxergar potencial no esporte.

Por último, é fundamental salientar que essas estratégias devem sempre ser elaboradas levando em conta o contexto social e a realidade do público participante. A colaboração dos membros da comunidade, é parte essencial na elaboração, implementação e manutenção de um programa esportivo com essas metas (LUGUETTI, 2014).





PRAZER PELA PRÁTICA ESPORTIVA E AUTONOMIA PARA JOGAR

Propor práticas feministas dentro dos espaços esportivos, de forma a torná-lo mais abrangente, requer atentar-se para o que as garotas podem fazer, e compreender que elas podem sim jogar, mesmo que ainda não tenham tido muita oportunidade de experimentar. Envolve o interesse em ensinar e de problematizar junto com elas sobre os porquês das desigualdades presentes na cultura esportiva. E sobretudo, tentar, se arriscar e desafiar coletivamente a corriqueira e cotidiana fronteira das masculinidades no esporte, produzindo outros devires dentro das práticas esportivas.

Como dito anteriormente, é necessário a construção de um ambiente que seja seguro, mas igualmente importante é que a interação de todos esses elementos culmine em uma prática que seja prazerosa, a ponto de tornar-se um investimento para a/o praticante. Isso porque, para o desenvolvimento de uma modalidade esportiva, é preciso que a pessoa invista tempo e se dedique a ela, algo que acontece majoritariamente quando há também divertimento e prazer (OLIVER et al., 2009).

Portanto, pensando na elaboração de espaços voltados para o esporte, um ponto importante e gerador de mobilização é a promoção da diversão e prazer para quem joga. Para isso, é necessário que o jogo não seja nem fácil demais e, portanto, desmotivador, nem tão difícil que gere uma sensação de incapacidade. O sucesso em resolver um desafio do jogo e o êxito em uma jogada são fatores essenciais para o prazer relacionado ao esporte, por vezes até mais importante que uma vitória, pois ainda que dentro de uma equipe, algumas tarefas estão relacionadas a um desenvolvimento que é pessoal. Por isso, é importante que os jogos gerem desafios possíveis a quem se engaja neles e que as chances de sucesso, bem como as oportunidades de tentar, sejam democratizadas para todas/os que jogam. Por último, as pessoas responsáveis pelos treinos/aulas devem valorizar o sucesso de cada um no jogo, a despeito da vitória, e não devem punir o insucesso, porque isso pode gerar sentimento de insegurança e desmotivação. É fundamental, em paralelo, enfatizar a disponibilidade em jogar com a/o colega, como elemento chave para *jogar bem*.

Refletir sobre como ensinar a cultura do esporte a fim de tornar nossas alunas/os autônomas dentro dos espaços voltados para a prática esportiva, envolve abordar suas diversas dimensões que não se resumem apenas ao saber fazer, ou seja, o jogar. A partir dessa afirmação, ressaltamos a importância de abordarmos, nos treinos/aulas, não somente os aspectos técnico-táticos do jogo (ligados principalmente ao ensino, organização e





sistematização para o jogar), mas ofertar também saberes relacionados aos aspectos *socioeducativos* (ligados aos valores construídos acerca das modalidades esportivas, os princípios éticos, educativos, formativos) e *histórico e cultural* (que tem a ver com um apreço e conhecimento da trajetória, da evolução, do surgimento da modalidade esportiva em questão, dos contextos das regras, etc.), problematizando a desigualdade de gênero dentro desses aspectos (MACHADO et al., 2014) e encorajando as participantes a tomarem posição quando se depararem com cenários de discriminação (KIKR, 2006).

Dentro do campo esportivo, devido a um furor competitivo, valores como: como a cooperação, a solidariedade e o respeito, por vezes, acabam se perdendo. Nesse sentido, é importante provocar momentos de conversas colaborativas entre alunas/os e professores/as, sobre solidariedade, cooperação, disciplina e cuidado com as/os colegas, as regras, os espaços e os materiais, e embora isso possa aparecer de forma acidental, para as alunas/os, a intencionalidade é fundamental (BERGER et al., 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As epistemologias feministas, portanto, nos dão pistas para pensar novos caminhos. O ponto central de nossas discussões tem a ver com a produção de conhecimento tradicional, e a maneira com que essa tem invisibilizado a participação de meninas e mulheres no campo das práticas esportivas. Esse cenário ilustra também a maneira com que muitas vezes essas desigualdades têm sido silenciadas dentro de tais ambientes. Nesse sentido buscamos apresentar uma crítica a esse fazer científico, e apontar saídas possíveis para o ensino do esporte, pensando sobretudo na participação de meninas e mulheres.

Como resposta, destacamos a necessidade de outorgarmos a capacidade das meninas em agenciar soluções relacionadas a sua prática esportiva, o que nos leva a distanciarmos dos discursos que as colocam como problema a ser resolvido dentro dos esportes. O objetivo principal é promover uma difusão do poder no cotidiano esportivo, envolvendo, sobretudo, uma participação heterogênea dentro desses espaços. Frente a isso, o prazer e a autonomia para jogar nos parece algo importante, e impossível de ser definido por outrem. Assim, consideramos que não basta proporcionar apenas atividades que sejam inclusivas, mas trata-se de informação, engajamento e mobilização para a transformação.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Artur Goulart; GINCIENE, Guy; LEONARDI, Thiago José. Pedagogia do esporte e o referencial socioeducativo: diálogos entre a teoria e a prática. **Movimento**, v. 26, p. 1-20, 2020.

CAMARGO, Wagner Xavier. Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. **Movimento**, v. 22, n. 4, p. 1337-1350, 2016.

DORNELLES, Priscila Gomes. Marcas de gênero na educação física escolar: a separação de meninos e meninas em foco. **Motrivivência**, n. 37, p. 12-29, 2011.

DORNELLES, Priscila Gomes; FRAGA, Alex Branco. Aula mista versus aula separada? Uma questão de gênero recorrente na educação física escolar. **Revista brasileira de docência, ensino e pesquisa em educação física**, v. 1, n. 1, p. 141-156, 2009.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, p. 9-79, 2002.

GALATTI, Larissa Rafaela e colaboradores. Pedagogia do esporte: tensão na ciência e o ensino dos jogos esportivos coletivos. **Revista da educação física**, v. 25, n. 1, p. 153-162, 2014.

HALLAL, Pedro Curi e colaboradores. Global physical activity levels: surveillance progress, pitfalls, and prospects. **The lancet**, v. 380, n. 9838, p. 247-257, 2012.

HOUGHTON, Emily J.; PIEPER, Lindsay; SMITH, Maureen. **Women in the 2020 Olympic and Paralympic Games: an analysis of participation, leadership, and media coverage**. New York: Women's Sports Foundation, 2022.

KIRK, David. Sport education, critical pedagogy, and learning theory: toward an intrinsic justification for physical education and youth sport. **Quest**, v. 58, n. 2, p. 255-264, 2006.

LONGINO, Helen E. In search of feminist epistemology. **The monist**, v. 77, n. 4, p. 472-485, 1994.

LUGUETTI, Carla Nascimento. **Movendo-se do que é para o que poderia ser: desenvolvendo um protótipo de modelo pedagógico do esporte para meninos residentes em áreas de vulnerabilidade social no Brasil**. 2014. 184f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte e o referencial histórico-cultural: interlocução entre teoria e prática. **Pensar a prática**, v. 17, n. 2, p. 414-430, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017.





MUJICA, Iñigo; TAIPALE, Ritva S. Sport science on women, women in sport science. **International journal of sports physiology and performance**, v. 14, n. 8, p. 1013-1014, 2019.

NUNES, Rita Amaral. Women athletes in the Olympic Games. **Journal of human sport and exercise**, v. 14, n. 3, p. 674-683, 2019.

OLIVER, Kimberly L.; HAMZEH, Manal. "The boys won't let us play" Fifth-grade mestizas challenge physical activity discourse at school. **Research quarterly for exercise and sport**, v. 81, n. 1, p. 38-51, 2010.

OLIVER, Kimberly L.; HAMZEH, Manal; MCCAUGHTRY, Nate. Girly girls can play games/las niñas pueden jugar tambien: co-creating a curriculum of possibilities with fifth-grade girls. **Journal of teaching in physical education**, v. 28, n. 1, p. 90-110, 2009.

OLIVER, Kimberly L.; KIRK, David. **Girls, gender and physical education: an activist approach**. United Kingdom: Routledge, 2015.

ONU MULHERES BRASIL. **Boas práticas de prevenção à violência contra mulheres e meninas por meio do esporte**. Brasília, 2022. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Cartilha-BoasPraticas-Unase-EsporteeJuventude-web.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PRECIADO, Paul B. Pharmaco-pornographic regime: sex, gender, and subjectivity in the age of punk capitalism. In: STRYKER, Susan; BLACKSTON, Dylan McCarthy. **The transgender studies reader remix**. United Kingdom: Routledge, 2006.

RIAL, Carmen. **Entrevista Ludopédio**. Parte 2. 30 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/carmen-rial-parte-2/>> Acesso em 27 jun. 2022.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? **Estudos feministas**, v. 11, p. 45, 2007.

SCHOFIELD, Katherine L.; THORPE, Holly; SIMS, Stacy T. "This is the next frontier of performance": power and knowledge in coaches "proactive" approaches to sportswomen's health. **Sports coaching review**, p. 324-345, 2022.

SILVA, Bruna Saurin. **Relações e sentidos construídos por meninas em um contexto de ensino-aprendizagem-treinamento do futebol**. 2020. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2020.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; VAZ, Alexandre Fernandez. Doping e controle de feminilidade no esporte. **Cadernos Pagu**, p. 447-475, 2014.

THORNE, Barrie. **Gender play: girls and boys in school**. New Jersey, USA: Rutgers University Press, 1993.



**Dados do primeiro autor:**

Email: bruna.saurin@gmail.com

Praça Regina Frigeri Furno, 160, apto 101, Jardim da Penha, Vitória, ES, CEP 29060-200, Brasil.

Recebido em: 29/06/2022

Aprovado em: 19/12/2022

Como citar este artigo:

SILVA, Bruna Saurin; MARTINS, Mariana Zuaneti. Ensinando o esporte a partir do ponto de vista feminista: tensões da epistemologia feminista para a pedagogia do esporte.

Corpoconsciência, v. 27, e.14089, p. 1-16, 2022.

Apoio:

Esta pesquisa contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

